

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

**Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e Relatório
dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	21
Balancos patrimoniais	24
Demonstrações do resultado	25
Demonstrações do resultado abrangente	26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	27
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	28
Demonstrações do valor adicionado	29
Notas explicativas às demonstrações financeiras	30

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, juntamente com as Demonstrações Financeiras, relativos ao período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., “CCR ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”, tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), totalizando 473,4 quilômetros, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do Leilão objeto do Edital de Concessão nº 01/2018 (“Contrato de Concessão”). O Sistema Rodoviário está inserido no Estado do Rio Grande do Sul passando por 36 cidades: Osório, Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Gravataí, Cachoeirinha, Porto Alegre, Esteio, Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Victor Graeff, Tio Hugo, Mormaço, Soledade, Fontoura Xavier, São José do Herval, Pouso Novo, Marques de Souza, Forquetinha, Lajeado, Estrela, Bom Retiro do Sul, Fazenda Vila Nova, Paverama, Taquari, Tabaí, Triunfo, Montenegro, Nova Santa Rita, Canoas, Sapucaia do Sul, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Terra de Areia e Maquiné.

O Contrato de Concessão foi assinado em 11 de janeiro de 2019 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, que teve início em 15 de fevereiro de 2019.

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 7,24 referenciada a julho /2018, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 4,30545 (deságio de 40,53%).

As rodovias administradas pela Concessionária são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

1.3 Destaques de 2020

Em função da pandemia da Covid-19, diversas medidas de restrição de circulação de pessoas e isolamento social foram impostas pelos governos estaduais e municipais, causando impacto na demanda, e conseqüentemente, nos resultados da CCR ViaSul em 2020.

Apesar da crise econômica provocada pela pandemia da Covid-19, o EBITDA em 2020 cresceu 207,74% em relação a 2019, totalizando R\$ 212.604. Esse crescimento é explicado pelo início da cobrança de

pedágio de cinco novas praças de pedágio em 09 de fevereiro de 2020, conforme previsto no contrato de concessão, localizadas nos municípios de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff.

No Brasil, a pandemia chegou em março. No mesmo mês, a partir do dia 23, a CCR ViaSul iniciou uma série de ações em prol dos caminhoneiros que trafegam por suas rodovias, com a distribuição de cerca de 5 mil refeições por dia na BR-290, conhecida como *Freeway*, além de 10,3 mil kits de higiene e alimentação. Em um balanço mais recente, cerca de 18,5 mil caminhoneiros receberam benefícios através das ações que seguem ocorrendo nas estradas administradas pela CCR ViaSul.

O segundo ano da Concessão foi marcado pela abertura de capital, com o código CVM 2535-6 em 04 de dezembro de 2020, sob categoria B, em cumprimento a exigência contratual do 24º mês de concessão, proporcionando maior transparência na divulgação dos resultados econômicos financeiros da Companhia.

Outro destaque em 2020 foi a implantação do Sistema de Gestão Integrado, em atendimento aos requisitos das normas NBR ISO9001/2015 e NBR ISO14001/2015, os quais foram auditados pelo Bureau Veritas e ABNT, obtendo em dezembro de 2020 a certificação pelas normas em questão.

Para uma maior comodidade dos usuários, a CCR ViaSul disponibilizou no final de setembro um aplicativo que oferece informações gerais de todo o trecho concedido, como alertas e boletins de trânsito, localização de bloqueios de pista ocasionados por ocorrências ou obras, previsões diárias de içamentos da ponte do Guaíba (Km 97 da BR290), bem como a localização de pontos com os serviços da Concessionária, acionamento de atendimentos de emergência, com discagem rápida para o canal 0800.

Após a conclusão das obras iniciais previstas no primeiro ano da concessão, em 2020, a CCR ViaSul seguiu com as construções das praças de pedágio e da instalação e implantação de cinco bases de atendimento ao usuário definitivas, localizadas no Km 24,4 da BR-290, Km 16,3 da BR-101, e Km 372,2, Km 431,1, Km 302,8 e Km 328,2 da BR-386. Em junho de 2020 iniciamos as interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, Km 62,4 – 80,7 e 83,62 da BR 290 e Passarelas do Km 3,9, Km 6,0 e Km 45 da BR 101.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. No período de 15 de fevereiro de 2020 a 14 de fevereiro de 2021, o valor da Tarifa Básica de Pedágio – TBP determinada pelo referido órgão era de R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos), conforme deliberação nº 124 de 10 de março de 2020.

Em 2020, o total de veículos pedagiados foi de 42.964.508 ou 79.574.438 em veículos equivalentes bidirecionais nas 7 praças de pedágio.

A Receita Operacional da Companhia em 2020, considerando a Receita de Pedágio e a Receita de Construção, totalizou R\$ 639.113.

2.2 Desempenhos

As operações da CCR ViaSul tiveram início em 15 de fevereiro de 2019. Já no primeiro ano de concessão, mesmo com a cobrança parcial de pedágio em duas das sete praças previstas no contrato de concessão, a Companhia obteve resultados positivos e EBITDA de R\$ 69.086. Em 2020, ano de crise econômica mundial decorrente da pandemia do Covid-19, a CCR Viasul passou a operar integralmente as sete praças de pedágio

previstas no contrato de concessão, resultando em 2020 em um aumento de 167,93% no lucro líquido em relação a 2019.

Em R\$ mil	2020	2019
Receita líquida	607.748	399.991
Receita de pedágio	362.890	160.148
Receita de construção (ICPC 01 R1)	276.159	253.770
Outras receitas	64	27
(-) Deduções da receita bruta	(31.365)	(13.954)
(-) Custos e despesas (a)	(405.250)	(332.203)
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(276.159)	(253.770)
Demais custos e despesas	(129.091)	(78.433)
Resultado antes Resultado Financeiro	202.498	67.788
(+/-) Resultado financeiro líquido	21.489	15.249
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.412)	(21.986)
Lucro líquido	163.575	61.051
(-) Resultado financeiro líquido	(21.489)	(15.249)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	60.412	21.986
EBIT (b)	202.498	67.788
Margem EBIT	33,32%	16,95%
Margem EBIT ajustada (c)	61,07%	46,36%
(+) Depreciação/amortização	10.106	1.298
EBITDA (b)	212.604	69.086
Margem EBITDA	34,98%	17,27%
Margem EBITDA ajustada (c)	64,12%	47,25%
Dívida líquida	-	10.099
Investimentos (d)	(312.347)	(299.155)
Veículos equivalentes (em milhares)	79.574	36.397

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados acrescidos das despesas gerais e administrativas.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas excluindo-se a receita de construção.

(c) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção.

(d) Os valores dos investimentos correspondem ao desembolso de caixa para o período ocorrido em 2020, diferente dos investimentos apresentados nos demais quadros, que correspondem ao período de competência da realização das obras.

2.2.1 Receita operacional

A receita de pedágio em 2020 totalizou R\$ 362.890, um crescimento de 126,60% em relação a 2019, incremento da receita devido a cobrança da tarifa de pedágio para cinco novas praças de pedágio, de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff. Dessa forma, em 09 de fevereiro de 2020, todas as praças de pedágios previstas no contrato de concessão entraram em funcionamento, totalizando sete praças de pedágio.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos totais em 2020 foram de R\$ 405.250, dos quais R\$ 129.091 são custos operacionais e R\$ 276.159 são custos de construção. Os principais custos de construção são as obras de serviços de recuperação de pavimento e construção de bases operacionais e praças de pedágio, conforme estabelecido no PER – Programa de Exploração da Rodovia.

2.2.3 Investimentos

Em 2020, os investimentos realizados totalizaram R\$ 302.169 uma redução de 7,90% em relação a 2019, devido este ser o primeiro ano da concessão, quando foram realizados os Trabalhos Iniciais. Em 2020 destacamos a construção, instalação e montagem de nove bases de atendimento ao usuário definitivas, localizadas no Km 24,4 da BR-290, Km 16,3 e km 49,5 da BR-101 e Km 208,9, Km 372,2, Km 431,1, Km 302,8, Km 396,4 e Km 328,2 da BR-386. Encontram-se ainda em andamento as obras das interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, do Km 62,4, Km 80,07 e Km 83,62 da BR 290 e Passarelas Km 3,9 – 6,0 e 45 da BR 101, com finalização prevista para fevereiro de 2021.

Investimentos	2020	2019
Praças de Pedágio/ Bases/ SAU's	88.967	58.497
Serviços no Pavimento	107.205	128.985
Cadastrros Iniciais da Rodovia	472	2.807
Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	7.442	20.669
Obras de Arte Especiais	3.415	6.945
Drenagem e Obra de Arte Corrente	1.926	6.199
Faixa de Domínio	1.654	9.388
Obras de Ampliação de Capacidade	4.624	3.763
Obras de Implantação de vias e Interseção e Outros	58.748	25.433
Sistemas e Outros Imobilizados	27.716	65.410
Total	302.169	328.096

Os investimentos descritos acima são valores contábeis, históricos, registrados no momento de competência de cada período.

2.2.4 Captações de Recursos

Em dezembro de 2019, a Concessionária assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 1.235.198 a ser liberado em quatro subcréditos até 2032, a fim de viabilizar os investimentos de ampliação e obras de melhorias nas rodovias administradas pela CCR ViaSul e, aquisições de equipamentos para operação. Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária não recebeu nenhum montante do BNDES, utilizando recursos próprios para fazer os investimentos até o momento.

2.2.5 Valor Adicionado

O valor adicionado líquido a distribuir gerado como riqueza pela Concessionária em 2020 foi de R\$ 266.734 e em 2019 foi de R\$ 108.155, representando 43,89% e 27,04% da Receita Operacional Líquida respectivamente.

2.2.6 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Os dividendos ainda seguem as determinações da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 26 de outubro, conforme aprovado em AGO, foram distribuídos dividendos intermediários no valor de R\$ 100.883 referente aos lucros apurados entre 01 de janeiro e 30 de setembro de 2020. Em 16 de dezembro, também foram pagos juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 47.000 referente ao resultado pro rata die de 01 de outubro a 16 de dezembro de 2020.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia acredita no potencial da região em que está inserida, caracterizada como uma das áreas economicamente mais relevantes do Brasil, sendo que sua riqueza é baseada em diversos setores da economia como indústria automotiva, agropecuária e construção civil.

O planejamento empresarial tem se mostrado eficaz ao mapear os objetivos estratégicos e permitir a adaptabilidade e resiliência no enfrentamento de diversos desafios impostos pelas incertezas da pandemia do Covid-19, e na execução das tarefas que levam ao cumprimento dos resultados pactuados com os acionistas da Companhia.

Utilizando a criatividade para superar as restrições impostas pela pandemia encontramos novas soluções que são tão eficientes quanto as práticas anteriores, permitindo um maior domínio de todo o processo de gestão empresarial, lapidando os processos e garantindo os resultados diante das adversidades.

2.2.8 Gestão pela Qualidade Total

Com o compromisso de buscar a melhoria contínua de todos os seus processos, a Concessionária implantou em 2020 o Sistema de Gestão Integrado conforme as ISO 9.001 – Gestão da Qualidade, 14.001 – Gestão de Meio Ambiente e 39.001 – Gestão de Segurança Viária. Na busca da certificação das ISOs 9.001 e 14.001 e conformidade para a ISO 39.001, já em 2020, foi desenvolvido o mapeamento de processos, a elaboração de procedimentos e a definição de estrutura para o Sistema de Gestão Integrado.

2.2.9 Recursos Humanos

A CCRViaSul acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 706 pessoas de forma direta, das quais, 449 pessoas foram contratadas em 2020, ainda no primeiro ano da Concessão.

3. Indicadores Operacionais

3.1 Caracterização do Tráfego

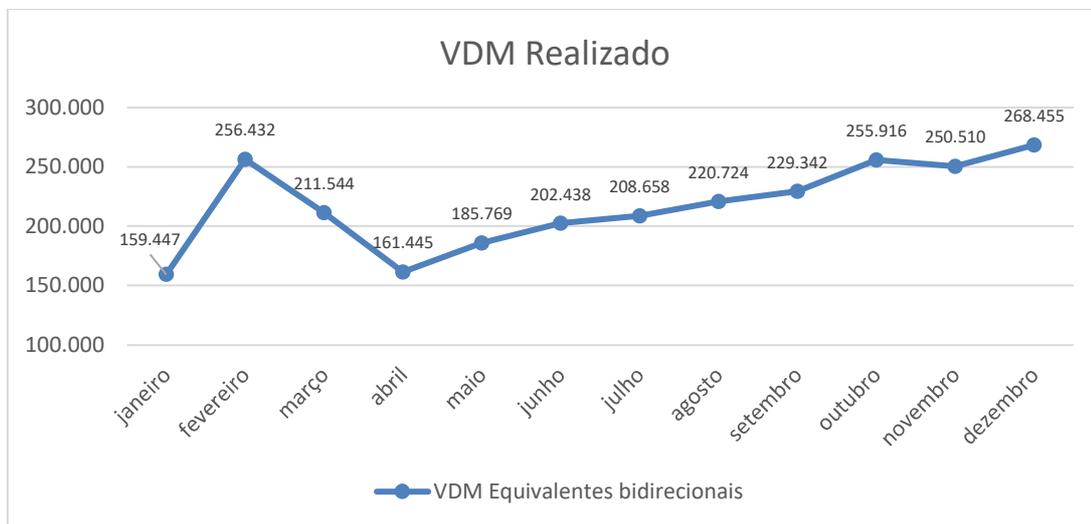
3.1.1 Volume

Em 09 de fevereiro de 2020, a Concessionária iniciou a cobrança de tarifa nas praças de Três Cachoeiras, Montenegro, Paverama, Fontoura Xavier e Victor Graeff. Em 15 de Agosto de 2020, houve alteração nas praças de pedágio da BR-290: iniciou-se a cobrança em ambos os sentidos em Santo Antônio da Patrulha e

houve o deslocamento da praça de Gravataí do km 77 para o km 60. Tais alterações estão pautadas no contrato de concessão.

No gráfico a seguir, é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente mensal (VDM), que totalizou um Volume Diário Médio Equivalente Ano (VDMA) de 217.557.

Variação mensal do volume no ano base



3.2 Segurança no Trânsito

3.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício de 2020.

Percentual de acidentes por gravidade em 2020

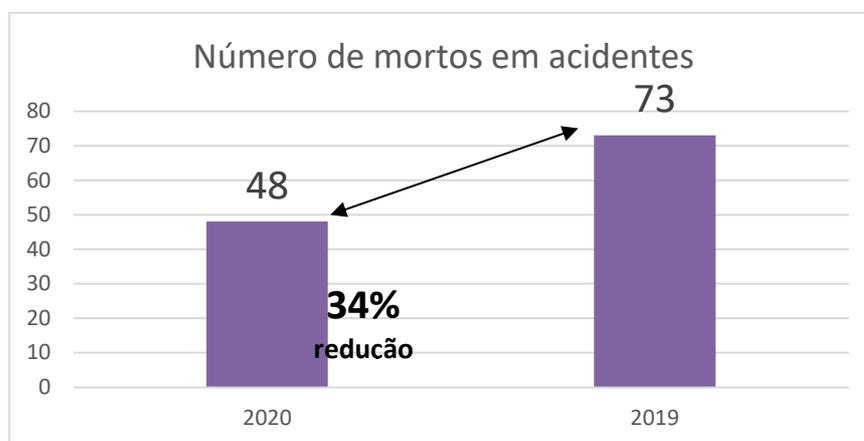


Percentual de acidentes por tipo em 2020



O gráfico demonstra o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Pelo fato da concessionária ter iniciado sua operação em fevereiro de 2019, para fins de comparativo, utilizamos os dados divulgados pela Polícia Rodoviária Federal para este exercício. Dessa forma, podemos notar uma redução de 34% no número de mortos em 2020, conforme apresentamos no gráfico a seguir:



3.3 Dados de Operação da Concessão

3.3.1 Veículos Alocados

No exercício de 2020, foram registrados 96.530 atendimentos ao usuário (49.343 em 2019) por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (disque CCR ViaSul).

Na tabela a seguir, são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados, a quantidade de veículos é dividida pela extensão (473,4 km) da via sob concessão e o resultado é multiplicado por 100.

Tipos de veículos alocados na concessão.

TIPO DE VEÍCULO	Quantidade	Qtde/ 100km
Viatura de inspeção	15	3
Guincho Leve	13	3
Guincho Pesado	4	1
Ambulância Tipo C	10	2
Ambulância Tipo D	4	1
Supervisão	3	1
Pipa	3	1
Munck	2	0
Caminhão Boiadeiro	3	1
Cesto Aéreo	1	0
Total de veículos operacionais	58	13
Administração	33	7
Pedágio	1	0
Segurança de trabalho	1	0
Manutenção	5	1
Faixa de domínio	3	1
Total de veículos de apoio	43	9
Total	101	22

3.3.2 Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários diretos alocados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados, é acrescida uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida e o resultado é multiplicado por 10.000.

Tipo de funcionários alocados na concessão

FUNCIONÁRIOS	Qtd	Qtd/VDMA x 10.000
Diretoria	1	0,08
Gestor de Comunicação	1	0,08
Gestor de Atendimento	1	0,08
Gestor Administrativo Financeiro	1	0,08
Gestor de Contrato	1	0,08
Conservação	15	1,27
CCO	34	2,89
Engenharia	25	2,12
TI	27	2,29
Administrativo	51	4,33
Tráfego	126	10,70
Arrecadação	423	35,94
Total Geral	706	59,94

3.4 Aspectos Financeiros

Os demonstrativos financeiros anexos ao relatório dos nossos auditores, apresentam o desempenho financeiro da CCRViaSul do último exercício comparado com o exercício anterior.

Nos aspectos financeiros, apresentaremos os principais itens das demonstrações financeiras do exercício atual, em 2020, e o acumulado desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2019.

3.4.1 Receita (em R\$ mil)

O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere à renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

	Em 2020	Acumulado
Receitas de pedágio	362.890	523.038
Receitas acessórias	64	91
Total das receitas	362.954	523.129

3.4.2 Investimentos

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

	Em 2020	Acumulado
Adição do intangível	274.453	537.139
Aquisição de imobilizado	27.716	93.126
Total dos investimentos	302.169	630.265

3.4.3 Custos e Despesas Operacionais

	Em 2020	Acumulado
Custos Operacionais, exceto Custo de Construção	106.162	167.937
Despesas Operacionais	27.000	44.563
Total Custos e Despesas Operacionais	133.162	212.500

3.4.4 ISS pagos

A tabela mostra o valor total dos ISS pagos para as prefeituras no ano base.

	Em 2020	Acumulado
Pedágio	17.986	25.997
Acessória	3	4
ISS Total	17.989	26.001

3.4.5 Tarifas

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em R\$ 4,60 em todas as praças, conforme tabela abaixo:

Praça de Pedágio	Cobrança	Categoria dos Veículos												
		AUTO	4S	3S	2D	3D	4D	5D	6D	7D	8D	9D	10D	MOTO
		1	2	1,5	2	3	4	5	6	7,0	8	9	10	1
Tres Cachoeiras	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30
Santo Antonio da Patrula	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30
Gravatá	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30
Monte Negro	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30
Paverama	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30
Fontoura Xavier	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30
Vitor Graef	R\$4,60	R\$4,60	R\$9,20	R\$6,90	R\$9,20	R\$13,80	R\$18,40	R\$23,00	R\$27,60	R\$32,20	R\$36,80	R\$41,40	R\$46,00	R\$2,30

Concessionária em números

Dados anuais		Unidade de medida ou comentário
Extensão da rodovia	473	Quilômetros
Número de veículos que transitaram	43.600.519	
Veículos leves	31.769.744	(Leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Motos	742.113	
Caminhões e ônibus	10.452.651	
Veículos isentos	636.011	
Número de praças de pedágios	7	
Tarifa	4,60	Informação detalhada no item 3.4.5
Número de quilômetros mantidos	473,4	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	218.012	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Equipamentos utilizados pelo concessionário	101	Informação detalhada no item 3.3.1
Índices de qualidade de estrada	VRD >= 45 para BR-290 VRD >= 47 para BR-101/386/448	Microtextura (Valor de Resistência à Derrapagem)
	HS > 0,50	Macrotextura (Profundidade Média de Areia)
Receita de pedágio	362.890	Expresso em milhares de reais

Fator Capital

Despesas de Depreciação	10.106	As taxas de depreciação/amortização estão detalhadas nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.
Caixa e equivalentes de caixa	643.488	Incluídas as Aplicações financeiras
Ativo Bruto	1.295.947	
Série Histórica dos Investimentos	630.265	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	8,47 % a.a.	WACC Regulatório

Fator Trabalho

Número de Trabalhadores	706	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	631	
Administrativo	75	
Despesas de Pessoal	31.910	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	23.316	
Administrativo	8.594	

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	9.167	Em valores monetários, exceto, despesas com pessoal e depreciação
Despesas em Manutenção	1.089	
Outras Despesas	3.988	

Seguridade

Quantidade de Acidentes	2.711	
Acidentes c/ vítimas feridas	835	
Acidentes s/ vítimas	1.836	
Acidentes c/ mortos	40	
Vítimas feridas	1.212	
Mortos	48	

Indicadores

Receita por veículo	R\$ 4,56	Considerado receitas operacionais, exceto receita de construção.
Custo por veículo	R\$ 1,67	Considerado custos e despesas operacionais, exceto custo de construção.

Balço social

	2020	2019
Faturamento bruto	639.113	413.945
Receita líquida (RL)	607.748	399.991
Resultado operacional (RO)	202.498	67.788
Folha de pagamento bruta (FPB)	31.910	25.792

Indicadores sociais internos	2020	% Sobre FPB - 2020	% sobre RL - 2020	2019	% Sobre FPB - 2019	% sobre RL - 2019
Alimentação	2.682	8,40%	0,44%	1.517	5,88%	0,38%
Encargos sociais	8.838	27,70%	1,45%	6.339	24,58%	1,58%
Previdência Privada	213	0,67%	0,04%	206	0,80%	0,05%
Saude	2.412	7,56%	0,40%	1.564	6,06%	0,39%
Capacitação e desenvolvimento profissional	135	0,42%	0,02%	16	0,06%	0,00%
Creches ou auxílio creches	118	0,37%	0,02%	55	0,21%	0,01%
Participação dos lucros ou resultados	-2.364	-7,41%	-0,39%	3.413	13,23%	0,85%
Outros	2.288	7,17%	0,38%	1.424	5,52%	0,36%
Total - Indicadores Sociais Internos	14.322	44,88%	2,36%	14.534	56,35%	3,63%

Indicadores sociais externos	2020	% Sobre FPB - 2020	% sobre RL - 2020	2019	% Sobre FPB - 2019	% sobre RL - 2019
Tributos (exceto encargos sociais)	72.545	227,34%	11,94%	38.259	148,34%	9,56%
Total - Indicadores sociais externos	72.545	227,34%	11,94%	38.259	148,34%	9,56%

Indicadores ambientais

	2020	2019
Investimentos relacionados com a operação da Concessionária:	638	690
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	0	0
Total de investimentos em meio ambiente	638	690

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

- () Não possui metas
- () Cumpre de 0 a 50%
- () Cumpre de 50 a 75%
- (x) Cumpre de 75 a 100%

Indicadores do corpo funcional

	2020	2019
Nº de admissões durante o período	449	591
Nº de demissões durante o período	294	242
Nº de colaboradores terceirizados	165	165
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	7	8
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	239	51
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	380	265
Nº de colaboradores acima de 45 anos	82	52
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	398	139
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	1%	36%
Remuneração paga a mulheres no período	548	235
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	28	9
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	0	1
Total de horas extras trabalhadas	5.813	0
Total de INSS pagos	0	410
Total de FGTS pago	0	127
Total de ICMS recolhidos no período	0	17.302
Total de IR recolhido no período	43.566	17.302
Total de CSLL recolhido no período	15.722	6.265
Total de PIS recolhidos no período	2.361	1.161
Total de COFINS recolhidos no período	10.896	5.519
Total de outros tributos recolhidos no período	17.989	8.012

Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresari	2020	2019
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	0,15%	0,15%
Número total de acidentes de trabalho	19	5
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerencias <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input type="checkbox"/> todos + CIPA	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerencias <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concesionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	
	2020	2019
% de reclamações e críticas solucionadas:	99%	98%
Valor adicionado total a distribuir	288.587	123.540
Distribuição do Valor Adicionado		
% governo	33%	32%
% acionistas	56%	49%
% colaboradores	11%	18%
% terceiros	0%	1%
% retido	0%	0%

4. Demais assuntos

4.1 Governança Corporativa

A Concessionária é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. O Conselho de Administração é composto por três membros efetivos, dentre os quais um é eleito Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por dois membros, um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, são eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um pilar estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento. Nossa cultura de sustentabilidade permeia os negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades a fim de ampliar os impactos ambientais, sociais e econômicos em nossas operações.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança para a sustentabilidade que permeia toda a companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as Concessionárias que administram os ativos de infraestrutura. A atuação do Comitê de Riscos e Reputação, que assessoria o CA, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem o desenvolvimento dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, ao aprimoramento das relações com os stakeholders e à organização das doações e patrocínios a projetos socioambientais.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Riscos e Reputação e do Conselho de Administração da CCR. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para as divisões de negócio. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos socioambientais é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento socioambiental da companhia.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR:

- Código de Ética
- Política do Meio Ambiente
- Política de Mudanças Climáticas
- Política de Responsabilidade Social
- Política de Gerenciamento de Riscos
- Política da Empresa Limpa

Para conhecer essas e outras políticas do Grupo CCR, acesse:

<http://ri.ccr.com.br/governanca-corporativa/politicas-estatuto-codigo-de-etica-e-acordo-de-acionistas/>

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. Para ler edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

Em 2020, devido a pandemia da Covid-19 no Brasil, as ações sociais da Companhia foram voltadas aos caminhoneiros, principais usuários das rodovias durante a pandemia. Cerca de 18,5 mil caminhoneiros foram beneficiados nas ações sociais, das quais podemos destacar a distribuição de cerca de 5 mil refeições por dia na BR-290, conhecida como *Freeway*, além de 10,3 mil kits de higiene e alimentação.

4.3 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas - ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 Princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- *Carbon Disclosure Program (CDP)*: coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.

4.4 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, é responsável por gerir o investimento socioambiental do Grupo CCR. Somado a isso, o Instituto CCR visa gerar transformação social e elevar o nível de relacionamento com os principais públicos com os quais se relaciona, por meio de seus programas. Seus principais objetivos são: gerar valor compartilhado, fortalecer as relações institucionais, integrar à Cultura Organizacional e fortalecer os fatores sociais da estratégia ESG.

Alinhado a boas práticas e uma gestão eficiente dos recursos próprios e de incentivos fiscais, o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Desde 2020 houve maior integração dos objetivos de negócio sustentável, promovendo a Inclusão Social em 5 áreas principais: Educação, Geração de Renda, Saúde, Esporte e Cultura.

Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site da entidade em www.institutoccr.com.br.

4.5 Destaques do exercício

Como principal destaque que temos em 2020, ainda no primeiro ano de concessão, a redução de 34% de mortes nas estradas administradas pela CCR ViaSul, onde já podemos vislumbrar os resultados das ações de melhoria na infraestrutura e atendimento rápido e com qualidade.

Em agosto de 2020, a CCR ViaSul entregou 14 novos pontos definitivos para atendimento aos usuários ao longo do trecho de concessão. As novas estruturas são destinadas à prestação dos serviços de emergência, com os veículos essenciais para os mais diversos tipos de assistências (ambulâncias, guinchos, viaturas, etc), sendo que sete dessas bases são voltadas, ainda, ao Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), disponibilizando banheiro, fraldário, área para descanso, totens com informações gerais sobre a concessionária, além do tradicional cafezinho e água quente para o chimarrão.

No dia 15 de dezembro a CCR ViaSul concluiu o desmonte da antiga praça de pedágio de Gravataí. A mudança do local da praça é uma reivindicação antiga de moradores de Gravataí e região, que se deslocam diariamente para Porto Alegre a trabalho ou estudos, e agora se beneficiarão dos serviços da BR-290 em suas jornadas, que poderão se deslocar com maior segurança e conforto, fazendo uso de vias apropriadas para o alto fluxo de veículos.

4.4 Considerações Finais

4.4.1 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

4.4.2 Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

4.4.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

4.4.4 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

Porto Alegre, 04 de março de 2021.

A Administração.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.**

Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação

suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 04 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/F-7

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Balço Patrimonial

para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	170.870	85.672	Fornecedores	12	53.199	53.830
Aplicações financeiras	6	472.618	860.226	Fornecedores - partes relacionadas	9	1.109	807
Contas a receber	7	15.358	5.925	Imposto de renda e contribuição social		22.348	7.082
Contas a receber - partes relacionadas	9	897	-	Impostos e contribuições a recolher		5.818	6.042
Tributos a recuperar		4.671	3.116	Obrigações sociais e trabalhistas		5.159	5.832
Adiantamento a fornecedores		34	52	Obrigações com o poder concedente		935	897
Despesas antecipadas e outros		758	683	Outras contas a pagar		156	162
Total do ativo circulante		665.206	955.674	Total do passivo circulante		88.724	74.652
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Obrigações sociais e trabalhistas		5	919
Impostos diferidos	8b	474	1.598	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	13	-	2
Depósitos Judiciais		2	2	Total do passivo não circulante		5	921
		476	1.600	Patrimônio líquido			
Imobilizado	10	93.126	65.410	Capital social	14	1.188.456	1.188.456
Intangível	11	425.503	147.947	Reservas de lucros	14	15.405	6.705
Intangível em construção	11	111.636	114.739	Dividendo adicional proposto	14	3.357	14.636
Total do ativo não circulante		630.741	329.696	Total do patrimônio líquido		1.207.218	1.209.797
Total do ativo		1.295.947	1.285.370	Total do passivo e patrimônio líquido		1.295.947	1.285.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do resultado do exercício

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019 (11 meses)
Receita operacional líquida	15	607.748	399.991
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(276.159)	(253.770)
Serviços		(38.891)	(22.778)
Custo com pessoal		(23.316)	(16.488)
Custo com poder concedente		(11.167)	(9.417)
Materiais, equipamentos e veículos		(9.823)	(5.214)
Depreciação e amortização	10 e 11	(9.695)	(1.254)
Outros		(13.327)	(5.954)
		<u>(382.378)</u>	<u>(314.875)</u>
Lucro bruto		<u>225.370</u>	<u>85.116</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(8.594)	(9.304)
Serviços		(9.167)	(5.873)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.473)	(56)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.089)	(497)
Depreciação e amortização	10 e 11	(411)	(44)
Gastos com viagens e estadias		(153)	(792)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		2	(2)
Outros		(2.364)	(995)
		<u>(23.249)</u>	<u>(17.563)</u>
Outros resultados operacionais		377	235
Resultado antes do resultado financeiro		202.498	67.788
Resultado financeiro	16	21.489	15.249
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>223.987</u>	<u>83.037</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(60.412)</u>	<u>(21.986)</u>
Lucro líquido do exercício		163.575	61.051
Lucro líquido por ação - básico e diluído (em reais - R\$)	16a	<u>0,13764</u>	<u>0,05137</u>

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	163.575	61.051
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>163.575</u></u>	<u><u>61.051</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.166.778	(855.151)	18	246	-	-	311.891
Aumento de capital social em 31 de dezembro de 2019	21.678	-	-	-	-	-	21.678
Integralização capital social em 31 de dezembro de 2019	-	855.151	-	-	-	-	855.151
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	61.051	61.051
Destinações:							
Reserva legal	-	-	3.052	-	-	(3.052)	-
Distribuição de dividendos em 16 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	(21.821)	(21.821)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(18.153)	(18.153)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	14.636	(14.636)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.389	-	(3.389)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188.456	-	3.070	3.635	14.636	-	1.209.797
Distribuição de dividendos em 23 de abril de 2020	-	-	-	(3.635)	(14.636)	-	(18.271)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	163.575	163.575
Destinações:							
Reserva legal	-	-	8.179	-	-	(8.179)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de outubro de 2020	-	-	-	-	-	(100.883)	(100.883)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2020 (líquido)	-	-	-	-	-	(39.950)	(39.950)
Juros sobre capital próprio em 16 de dezembro de 2020 (IRRF)	-	-	-	-	-	(7.050)	(7.050)
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	3.357	(3.357)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.156	-	(4.156)	-
	1.188.456	-	11.249	4.156	3.357	-	1.207.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	163.575	61.051
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.124	(1.581)
Depreciação e amortização	10.106	1.298
Baixa do ativo imobilizado	-	51
Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	28	-
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	312	14
	<u>175.145</u>	<u>60.833</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(9.433)	(5.925)
Contas a receber - partes relacionadas	(897)	-
Tributos a recuperar	(1.555)	(3.057)
Adiantamento a fornecedores	18	(52)
Despesas antecipadas e outras	(75)	(34)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(587)	25.098
Fornecedores - partes relacionadas	302	807
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.587)	6.751
Impostos e contribuições a recolher	48.961	29.390
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(40.969)	(16.486)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	(314)	(12)
Obrigações com o poder concedente	38	897
Outras contas a pagar	(6)	162
	<u>169.041</u>	<u>98.372</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>169.041</u>	<u>98.372</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(34.235)	(64.890)
Adições ao ativo intangível	(278.112)	(234.265)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	387.608	(851.971)
	<u>75.261</u>	<u>(1.151.126)</u>
Caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades de investimento	<u>75.261</u>	<u>(1.151.126)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JCP pagos	(159.104)	(40.056)
Integralização de capital	-	876.829
	<u>(159.104)</u>	<u>836.773</u>
Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de financiamento	<u>(159.104)</u>	<u>836.773</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>85.198</u>	<u>(215.981)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	85.672	301.653
No final do exercício	<u>170.870</u>	<u>85.672</u>
	<u>85.198</u>	<u>(215.981)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

Demonstração do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas			
Receita de pedágio	15	362.890	160.148
Receita de construção	15	276.159	253.770
Receitas acessórias	15	64	27
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(276.159)	(253.770)
Custos dos serviços prestados		(72.142)	(42.733)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(13.972)</u>	<u>(7.989)</u>
Valor adicionado bruto		<u>276.840</u>	<u>109.453</u>
Depreciação e amortização		(10.106)	(1.298)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>266.734</u>	<u>108.155</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	<u>21.853</u>	<u>15.385</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>288.587</u>	<u>123.540</u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		18.793	16.767
Benefícios		7.414	4.905
FGTS		1.119	826
Outras		538	123
Tributos			
Federais		77.835	31.110
Estaduais		189	44
Municipais		17.998	8.012
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		236	110
Aluguéis		890	592
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos do exercício		<u>163.575</u>	<u>61.051</u>
		<u>288.587</u>	<u>123.540</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, nº 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 13 de fevereiro de 2049, a exploração das Rodovia de Integração do Sul, composto pelas rodovias BR-101/290/386/448/RS, no trecho da BR-101/RS, entre a divisa SC/RS até o entroncamento com a BR-290 (Osório); da BR-290/RS, no entroncamento com a BR-101(A) (Osório) até o km 98,1; da BR-386, no entroncamento com a BR-285/377(B) (para Passo Fundo) até o entroncamento com a BR-470/116(A) (Canoas); e da BR-448, no entroncamento com a BR-116/RS-118 até o entroncamento com a BR-290/116 (Porto Alegre), sendo responsável pela administração de 473,4 km, compreendendo a exploração da infraestrutura e prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, nos termos do contrato de concessão 01/2019 celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Companhia iniciou suas operações em 15 de fevereiro de 2019.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) era uma emergência de saúde global, passando a ser considerado pandemia em anúncio feito pela OMS em 11 de março de 2020. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e estão gerando impactos relevantes na Companhia.

A Companhia tem acompanhado diariamente a movimentação e, até 31 de dezembro de 2020, verificou o seguinte resultado do levantamento referente ao tráfego da rodovia, na forma de veículos equivalentes:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Veículos Equivalentes					
12/março/2020 a 31/dezembro/2020			01/janeiro/2020 a 31/dezembro/2020		
vs			vs		
12/março/2019 a 31/dezembro/2019			01/janeiro/2019 a 31/dezembro/2019		
Passeio	Comercial	Total	Passeio	Comercial	Total
73,5%	253,7%	148,9%	108,7%	278,1%	178,0%

Início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 09 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7).

A Controladora (CCR S.A.) instalou comitê de crise, conforme divulgado no Fato Relevante de 18 de março de 2020, para avaliar o impacto da pandemia sobre seus negócios e sobre as pessoas, e vem tomando as medidas necessárias diante dos eventos que vão se sucedendo. Abaixo demonstramos as principais análises e suas respectivas conclusões para os principais possíveis impactos sobre essas demonstrações financeiras:

Avaliação de continuidade operacional

- Atualmente, revisamos e elaboramos mensalmente (semanalmente no início da quarentena e depois quinzenalmente) cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos.
- O evento da pandemia tem causado elevada volatilidade nos mercados financeiros, inclusive no câmbio, onde foi possível constatar importante depreciação do Real frente ao Dólar norte-americano. A Companhia não possui exposição cambial importante.

Na revisão dos fluxos de caixa foram consideradas as medidas, abaixo elencadas, que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e aumento de liquidez, diante a situação de crise. São elas:

- Contenção de despesas e priorização de investimentos;
- Adoção da MP 936/2020, com o intuito de preservar empregos, reduzindo o salário e carga horária de todo o pessoal de liderança em 25%, pelo prazo de 3 meses, com início em maio de 2020, e suspendendo o contrato de trabalho por período de tempo determinado de parte colaboradores do grupo de liderados.

Avaliação de ativos não financeiros e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Sob o ponto de vista regulatório, a Companhia entende que o seu contrato de concessão está resguardado por cláusulas de proteção contra eventos de força-maior e/ou casos fortuitos.

A Companhia obteve parecer de consultor jurídico independente, corroborando o entendimento dela com relação às proteções do contrato de concessão acima mencionado e sobre o evento da pandemia do COVID-19 ser classificado como evento de força-maior.

Ainda sob o ambiente regulatório, a Advocacia Geral da União (AGU), emitiu o parecer nº 261/2020, à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura, onde conclui pelo direito dos concessionários a terem seus contratos de concessão reequilibrados pela decorrência dos impactos da referida pandemia.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sendo assim, a Companhia avalia que o contrato será reequilibrado pelos efeitos advindos da pandemia e tal reequilíbrio será suficiente para a recuperação dos ativos não monetários.

Avaliação de ativos financeiros

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos os seus compromissos.

Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração de resultado a Companhia, como já dito acima, vem realizando diferentes iniciativas, visando readequar sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico que o Brasil e o mundo passam.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

b) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

d) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

e) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item "I".

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados,

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre passivos financeiros, gastos de despesas bancárias e IOF.

i) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

m) Arrendamento mercantil

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

n) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado do Rio Grande do Sul e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

o) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS

Traz novos conceitos, forneceu definições, atualização e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclareceu alguns conceitos importantes.

Definição de negócio – Alterações ao CPC 15 (IFRS 3)

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos.

As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares.

Definição de Materialidade - Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8)

Altera a definição de “material” estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não alterar o conceito subjacente de materialidade das Normas IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48 (IFRS 9), CPC 08 (IAS 39) e CPC 40 (IFRS 7)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7) e CPC 11 (IFRS 4) relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06 (R2) (IFRS 16):

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando a IFRS 16 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento

q) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16)

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 - alterações ao CPC48 (IFRS 9), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (IFRS 7), CPC 11 (IFRS 4) e CPC 06 (IFRS 16)
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27 (IAS 16);
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15 (IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1); e
- IFRS 17 – Contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 04 de março de 2021, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota

- 21 Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Intangível e intangível em construção
- 13 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 17 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9 e 17.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Fornecedores e outras contas a pagar	53.355
Fornecedores - partes relacionadas	1.109
Obrigações com o poder concedente	935

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	4.999	2.530
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	165.871	83.142
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>170.870</u>	<u>85.672</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	472.618	860.226
Total - Aplicações financeiras	<u>472.618</u>	<u>860.226</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 100,62% do CDI, equivalente a 2,79% ao ano (100,60 % do CDI, equivalente a 5,98% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	12	5
Pedágio eletrônico (b)	15.346	5.920
	<u>15.358</u>	<u>5.925</u>

Idade de Vencimento dos Títulos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Crédito a vencer	15.358	5.921
Créditos vencidos até 60 dias	-	4
	<u>15.358</u>	<u>5.925</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	223.987	83.037
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(76.156)	(28.233)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(145)	(26)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(541)	(106)
Juros sobre capital próprio	15.980	6.172
Incentivos relativos ao imposto de renda	426	182
Outros ajustes tributários	24	25
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(60.412)	(21.986)
Impostos correntes	(59.288)	(23.567)
Impostos diferidos	(1.124)	1.581
	(60.412)	(21.986)
Alíquota efetiva do imposto	26,97%	26,48%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 2020	
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(1.072)	88	88
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	1	(1)	-	-
Amortização do custo de transação	(17)	17	-	-
Provisão para fornecedores	48	(9)	39	39
Despesas pré-operacionais	360	(90)	270	270
Outros	46	31	77	77
Compensação de imposto	-	-	-	-
Imposto diferido líquido ativo	1.598	(1.124)	474	474

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	Reconhecido no resultado	Saldo em 2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	1.160	1.160	1.160	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-	1	1	1	-
Amortização do custo de transação	-	(17)	(17)	-	(17)
Provisão para fornecedores	-	48	48	48	-
Despesas pré-operacionais	-	343	343	343	-
Outros	17	46	63	63	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	17	1.581	1.598	1.615	(17)
Compensação de imposto	-	-	-	(17)	17
Imposto diferido líquido ativo	17	1.581	1.598	1.598	-

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos	
	2020		2020	
	Despesas / custos com serviços prestados	Imobilizado / Intangível	Ativo Contas a receber / cessão onerosa	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora				
CCR	3.093 (a)	-	-	243 (a)
CPC	4.031 (b)	1.490 (c)	357 (d)	645 (b) (c) (d)
Outras partes relacionadas				
Cor	-	-	-	5 (d)
ViaOeste	-	-	-	1 (d)
RodoAnel Oeste	-	-	-	1 (d)
Instituto CCR	108 (e)	-	-	-
SPVias	-	-	180 (d)	1 (d)
Metrô Bahia	-	-	18 (d)	10 (d)
MSVias	-	-	15 (d)	13 (d)
ViaMobilidade	-	-	15 (d)	1 (d)
CCR ViaCosteira	-	-	213 (d)	182 (d)
Infra. Latinoamericana SA	-	-	99 (d)	7 (d)
Total	7.232	1.490	897	1.109

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Transações</u>	<u>Saldos</u>
	<u>2019</u>	<u>2019</u>
		<u>Passivo</u>
	<u>Despesas / custos com serviços prestados</u>	<u>Fornecedores e contas a pagar</u>
Controladora		
CCR	2.030 (a)	272 (a)
CPC	3.584 (b)	469 (b)
Outras partes relacionadas		
Cor	-	16 (d)
RodoAnel Oeste	-	2 (d)
Metrô Bahia	-	18 (d)
SPVias	-	9 (d)
MSVia	-	16 (d)
ViaOeste	-	3 (d)
ViaMobilidade	-	2 (d)
Total	<u>5.614</u>	<u>807</u>

Despesas com profissionais chaves da Administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração: (f)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.252	1.578
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	109	-
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.526	-
Previdência privada	34	-
Seguro de vida	2	3
	<u>3.923</u>	<u>1.581</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração dos administradores (f)	192	148

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 23 de abril de 2020, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.600, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR - Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Contrato de prestação de serviços relacionados a elaboração de projetos de restauração e serviços de manutenção de pavimentos necessários para a execução de obras previstas no Contrato de Concessão, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (e) Doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR; e
- (f) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		376	-	444	-	820
Máquinas e equipamentos		288	-	3.397	-	3.685
Veículos		11.368	-	1.723	-	13.091
Equipamentos operacionais		848	-	6.196	-	7.044
Imobilizado em andamento		53.479	34.235	(14.445)	(65)	73.204
Total custo		66.359	34.235	(2.685)	(65)	97.844
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(14)	(72)	-	-	(86)
Máquinas e equipamentos	11	(5)	(357)	-	-	(362)
Veículos	24	(899)	(3.008)	-	-	(3.907)
Equipamentos operacionais	14	(31)	(332)	-	-	(363)
Total de depreciação		(949)	(3.769)	-	-	(4.718)
Total geral		65.410	30.466	(2.685)	(65)	93.126

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		-	-	-	376	376
Máquinas e equipamentos		-	-	-	288	288
Veículos		-	-	(53)	11.421	11.368
Equipamentos operacionais		-	-	-	848	848
Imobilizado em andamento		1.905	64.890	-	(13.316)	53.479
Total custo		1.905	64.890	(53)	(383)	66.359
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	-	(14)	-	-	(14)
Máquinas e equipamentos	10	-	(5)	-	-	(5)
Veículos	25	-	(901)	2	-	(899)
Equipamentos operacionais	16	-	(31)	-	-	(31)
Total de depreciação		-	(951)	2	-	(949)
Total geral		1.905	63.939	(51)	(383)	65.410

11. Intangível e intangível em construção

	Taxa média anual de amortização %	2019		2020		
		Saldo inicial	Adições (c)	Transferências (a)	Outros	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		147.277	-	283.861	(7)	431.131
Direitos de uso de sistemas informatizados		-	-	346	-	346
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.017	524	(831)	-	710
Intangível		148.294	524	283.376	(7)	432.187
Intangível em construção		114.739	277.588	(280.691)	-	111.636
Total custo		263.033	278.112	2.685	(7)	543.823
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(347)	(6.285)	-	-	(6.632)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	-	(52)	-	-	(52)
Total amortização		(347)	(6.337)	-	-	(6.684)
Total geral		262.686	271.775	2.685	(7)	537.139

	Taxa média anual de amortização %	2018		2019		
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
						Valor de custo
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		-	-	147.277	-	147.277
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	634	383	-	1.017
Intangível		-	634	147.660	-	148.294
Intangível em construção		8.246	253.770	(147.277)	-	114.739
Total custo		8.246	254.404	383	-	263.033
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	-	(347)	-	-	(347)
Total amortização		-	(347)	-	-	(347)
Total geral		8.246	254.057	383	-	262.686

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Amortização pela curva de benefício econômico; e

(c) O total de R\$ 278.112 refere-se principalmente às obras em andamento das interconexões do Km 4,83 e 32,17 da BR-290, do Km 62,4, Km 80,07 e Km 83,62 da BR 290 e Passarelas Km 3,9 – 6,0 e 45 da BR 101, no montante de R\$ 277.588.

12. Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	37.879	45.234
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>15.320</u>	<u>8.596</u>
	<u>53.199</u>	<u>53.830</u>

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2019</u>		<u>2020</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis	2	340	(45)	(298)	1	-
Trabalhistas e previdenciários	<u>-</u>	<u>22</u>	<u>(5)</u>	<u>(16)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
	<u>2</u>	<u>362</u>	<u>(50)</u>	<u>(314)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cíveis e administrativos	64	17
Trabalhistas e previdenciárias	-	2
	<u>64</u>	<u>19</u>

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.188.456, representado por 1.188.456.196 de ações ordinárias.

b. Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 23 de abril de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO), o pagamento de dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 18.271, correspondentes a R\$ 0,01537444840 por ação, sendo R\$ 14.636 à conta do saldo dos “Dividendos Adicionais Propostos” e R\$ 3.635 à conta do saldo de “Reserva de Retenção de Lucros”, com pagamento em 23 de abril de 2020.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2020, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	163.575
(-) Constituição de reserva legal	<u>(8.179)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>155.396</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>38.849</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	47.000
Total de dividendos mínimos intermediários pagos	<u>100.883</u>
Total	<u>147.883</u>

e. Juros sobre capital próprio

Em 16 de dezembro de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 47.000, relativo ao lucro do exercício, com pagamento em 21 de dezembro de 2020.

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerador		
Lucro líquido	163.575	61.051
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	<u>1.188.456.196</u>	<u>1.188.456.196</u>
Média ponderada total de ações	1.188.456.196	1.188.456.196
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,13764	0,05137

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas de pedágio	362.890	160.148
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	276.159	253.770
Receitas acessórias	64	27
Receita bruta	<u>639.113</u>	<u>413.945</u>
Impostos sobre receitas	(31.246)	(13.939)
Abatimentos	(119)	(15)
Deduções das receitas brutas	<u>(31.365)</u>	<u>(13.954)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>607.748</u></u>	<u><u>399.991</u></u>

16. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(45)	-
Taxa e outras despesas financeiras	(319)	(136)
	<u>(364)</u>	<u>(136)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	21.825	15.347
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	17	-
Juros e outras receitas financeiras	11	38
	<u>21.853</u>	<u>15.385</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>21.489</u></u>	<u><u>15.249</u></u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pela acionista Controladora e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2020			2019		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.999	-	-	2.530	-	-
Aplicações financeiras	638.489	-	-	943.368	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	897	-	-	-	-
Contas a receber	-	15.358	-	-	5.925	-
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(53.340)	-	-	(53.989)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(1.109)	-	-	(807)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(935)	-	-	(897)
	<u>643.488</u>	<u>16.255</u>	<u>(55.384)</u>	<u>945.898</u>	<u>5.925</u>	<u>(55.693)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber – partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar e fornecedores – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações (nível 2).
- **Obrigações com o Poder Concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2020	2019
Nível 2		
Aplicações financeiras	638.489	943.368

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2021 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	114.361	2.109	1.582	1.055
Aplicação financeira (CDB) ⁽³⁾	CDI ⁽²⁾	524.128	6.400	4.803	3.203
Total do efeito de ganho ou (perda)			8.509	6.385	4.258

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	1,90%	2,38%	2,85%
--------------------	-------	-------	-------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2020, divulgada pela B3;

(3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verbas de fiscalização ao poder concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2020 esses compromissos estavam estimados em R\$ 4.014.607 (R\$ 4.291.116 em 31 de dezembro de 2019).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

19. Demonstrações dos fluxos de caixa

a. Reconciliação das atividades de financiamento

	Dividendos a pagar
Saldo Inicial	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Dividendos a pagar	119.154
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	119.154
Outras variações	
Outras variações que não afetam o caixa	(119.154)
Total das outras variações	(119.154)
Saldo Final	<u><u>-</u></u>

b. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2020	2019
Fornecedores	72	20.139
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	72	20.139
Aquisição de ativo imobilizado	(65)	-
Adições ao ativo intangível	(7)	(20.139)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(72)	(20.139)

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Evento subsequente

- **Coronavírus**

Conforme Comunicados ao Mercado divulgados semanalmente pela Controladora CCR S.A., verificou-se no período de 1º de janeiro a 25 de fevereiro de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, os seguintes efeitos na demanda:

Veículos Equivalentes		
01/janeiro/2021 a 25/fevereiro/2021		
vs		
01/janeiro/2020 a 25/fevereiro/2020		
Passeio	Comercial	Total
14,3%	90,2%	41,2%

Início de cobrança em 15 de fevereiro de 2019 (P2 e P3) e 09 de fevereiro de 2020 nas demais praças (P1, P4, P5, P6 e P7).

Receita líquida de receita de construção

01/01/2021 a	01/01/2020 a	
31/01/2021	31/01/2020	% Var.
36.855	19.866	86%

Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Érika Natsumi Matsumoto	Conselheiro
Josiane Carvalho de Almeida	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre/RS, 04 de março de 2021.

FAUSTO CAMIOTTI

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 04/03/2021

Dados do Documento

Tipo de Documento Declaração da Diretoria
Referência VS_Declaração da Diretoria_DFs 2020
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 04/03/2021
Validade 04/03/2021 até Indeterminado
Hash Code do Documento 4E6EF0192D876BC4CB9111D3B638A6E720D532458F68367C97DDDB448D994D66

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte) Aprovador
Relacionamento 02.846.056/0001-97 - CCR S.A.

Representante	CPF
Fernanda Fonseca Reginato Borges	218.085.078-60
Ação: Aprovado em 04/03/2021 10:31:54	IP: 10.102.210.97
Info. Navegador:	

Papel (parte) Diretor
Relacionamento 32.161.500/0001-00 - VIASUL

Representante	CPF
FAUSTO CAMIOTTI	298.542.608-10
Ação: Assinado em 04/03/2021 15:10:50 com o certificado ICP-Brasil Serial - 0565CBEDA91A461F	IP: 10.101.77.33
Info. Navegador:	

Papel (parte) Diretor1
Relacionamento 32.161.500/0001-00 - VIASUL

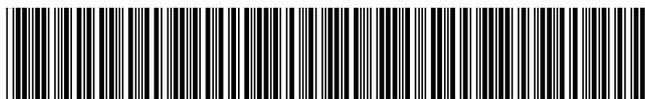
Representante	CPF
GUILHERME MOTTA GOMES	012.980.057-01
Ação: Assinado em 04/03/2021 16:00:51 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7A938305F75E40B5	IP: 10.101.243.93
Info. Navegador:	



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **PNIKQ-NDVOU-67RGD-P1RUB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código PNIKQ-NDVOU-67RGD-P1RUB

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Porto Alegre/RS, 04 de março de 2021.

FAUSTO CAMIOTTI

DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES

DIRETOR

PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integralidade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 04/03/2021

Dados do Documento

Tipo de Documento Declaração da Diretoria
Referência VS_Declaração da Diretoria_DFs 2020
Situação Vigente / Ativo
Data da Criação 04/03/2021
Validade 04/03/2021 até Indeterminado
Hash Code do Documento 4E6EF0192D876BC4CB9111D3B638A6E720D532458F68367C97DDDB448D994D66

Assinaturas / Aprovações / Aceites

Papel (parte) Aprovador
Relacionamento 02.846.056/0001-97 - CCR S.A.

Representante	CPF
Fernanda Fonseca Reginato Borges	218.085.078-60
Ação: Aprovado em 04/03/2021 10:31:54	IP: 10.102.210.97
Info. Navegador:	

Papel (parte) Diretor
Relacionamento 32.161.500/0001-00 - VIASUL

Representante	CPF
FAUSTO CAMIOTTI	298.542.608-10
Ação: Assinado em 04/03/2021 15:10:50 com o certificado ICP-Brasil Serial - 0565CBEDA91A461F	IP: 10.101.77.33
Info. Navegador:	

Papel (parte) Diretor1
Relacionamento 32.161.500/0001-00 - VIASUL

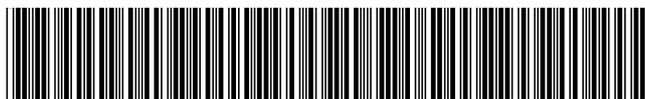
Representante	CPF
GUILHERME MOTTA GOMES	012.980.057-01
Ação: Assinado em 04/03/2021 16:00:51 com o certificado ICP-Brasil Serial - 7A938305F75E40B5	IP: 10.101.243.93
Info. Navegador:	



Toda assinatura contida neste documento possui carimbo de tempo baseado na Hora Legal Brasileira, emitido pela autoridade de Carimbo de Tempo Qualisign, ACT homologada pelo observatório nacional - ON/MCTI

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **PNIKQ-NDVOU-67RGD-P1RUB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

Documento assinado eletronicamente. Verificação no site <https://portaldeassinatura.grupoccr.com.br> através do código PNIKQ-NDVOU-67RGD-P1RUB